

Deputados denunciam fraude na saúde

Acusada de vender material superfaturado à Secretaria estadual de Saúde, a firma Walmar Produtos Hospitalares Ltda teve como representante, a partir de 20 junho de 1991, o genro do ex-presidente do Iaserj Emmanuel Martins da Cruz. A denúncia, documentada, foi feita ontem ao Procurador Geral de Justiça, Antônio Carlos Biscaia, pela bancada do PSDB da Assembléia Legislativa. Além da procuração da Walmar, os deputados Marco

Antônio Alencar, Paulo Melo e Sérgio Cabral Filho entregaram cópias de propostas, com preços superfaturados, feitas ao Iaserj por duas fornecedoras: a Fértil Produtos Hospitalares Ltda e a Smartt Importação, Exportação e Comércio Ltda. Curiosamente, esta última tem o mesmo endereço da Walmar: Avenida Nossa Senhora de Copacabana 709, sala 1105.

Emmanuel Cruz, exonerado

há cerca de um mês, foi indicado à presidência do Iaserj pelo chamado Grupo da Saúde — como ficou conhecido o grupo de deputados estaduais que também indicou Luiz Orlando Cadorna Cervo para a Secretaria de Saúde do Estado. O genro de Cruz, Marco Antonio Schneider, foi nomeado representante da Walmar pelo sócio da empresa, Waldemir da Silva Fernandes. A sede da firma, na procuração firmada no 16º Ofício de Notas, é

na Penha. No dia 7 de julho de 1991, porém, a Walmar mudou-se para Copacabana.

De 19 a 23 de junho do ano passado, a Walmar vendeu Cr\$ 282,7 milhões em material à Secretaria estadual de Saúde. As notas fiscais 118, 119, 121, 122 e 123 estão anexadas ao dossiê sobre superfaturamento na gestão de Cadorna, entregue a Biscaia por representantes de entidades da área médica e parlamentares.

Sob a gestão de Emmanuel Cruz, o Iaserj teria comprado, em abril passado, um equipamento chamado “unidade de coagulação bipolar” a preços superfaturados. Na “proposta especial 072/93”, datada de 15 de abril, cuja cópia foi entregue a Biscaia, a Smart Importação Exportação e Comércio Ltda cobrou Cr\$ 1,4 bilhão, com pagamento na contra-entrega. Pelo mesmo equipamento, a firma Akcess Produtos Médicos Ltda

cobrou cerca de Cr\$ 779,1 milhões, em 5 de abril, do Hospital Salgado Filho.

Segundo o deputado Marco Antônio Alencar, o procurador geral do Estado disse, ao receber os documentos, que vai estudar a possibilidade de abrir inquérito civil público contra os responsáveis pelas fraudes na saúde do Estado, de forma a garantir o ressarcimento do dinheiro desviado dos cofres estaduais.

Prestação de contas apresenta rombo

Estão faltando entre US\$ 3 milhões e US\$ 4 milhões na prestação de contas do governo estadual enviada para a Assembléia Legislativa, segundo denunciou ontem o deputado Marco Antônio Alencar. O dinheiro, explicou ele, se refere às compras feitas pelo Hospital dos Servidores do Estado (HSE) durante 1992. Como as compras foram feitas através de vales, principalmente à firma Barenboim, fornecedora de medicamentos, a despesa não pode ser registrada na contabilidade do Estado.

— Estão emitindo notas fiscais com data retroativa para justificar o pagamento dos vales. Acontece que as notas estão sendo emitidas em 1993, e o Estado não tem como admitir que fez despesa retroativa. Por isso, as notas não entram na prestação de contas.

Segundo Marco Antonio Alencar, essa irregularidade impede que a prestação de contas seja aprovada — e, em decorrência, acrescente ele, o governador Leonel Brizola corre o risco de não poder se candidatar à Presidência da República. Além do HSE, Marco Antônio suspeita que outros hospitais da rede estadual, especialmente os transferidos pelo Inamps, também fizeram compras através de vale para garantir o atendimento à população, durante a crise que atingiu, no ano passado, por falta de repasses de recursos.